

ECONOMIA

ENERGIA

Mercado livre de energia prevê crescimento vertiginoso

Cientes inseridos nesse ambiente podem escolher de quem vão adquirir a eletricidade

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

O ambiente de contratação livre (no qual o usuário pode escolher de quem vai comprar a energia, não ficando restrito à distribuidora local) está prestes a dar um salto de tamanho no próximo ano. Isso porque, a partir de janeiro, todos os consumidores da alta tensão (Grupo A) poderão deixar o sistema cativo (atendido pelas concessionárias) e migrar para o mercado livre.

Segundo informação da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraeeel), o Grupo A tem cerca de 202 mil unidades consumidoras atualmente, principalmente empresas, que recebem energia em média e alta tensão. Dessas, mais de 36 mil já estão no mercado livre de energia, de forma que o potencial de migração é de aproximadamente 165 mil unidades consumidoras a partir de 2024.

Para o cliente trocar o ambiente cativo pelo livre, ele precisa notificar a distribuidora seis meses antes do vencimento do seu contrato com a concessionária. Ou seja, como as novas

regras valem a partir de janeiro, já é possível para alguns consumidores “denunciar” o contrato, como se diz no setor elétrico. Dessa forma, ainda conforme a Abraeeel, mais de 10,6 mil empresas já informaram as suas distribuidoras que vão migrar para o mercado livre no começo do próximo ano.

O diretor da Siclo Consultoria em Energia Paulo Milano considera que a expansão do mercado livre é irreversível, uma tendência mundial. “Não seria diferente no Brasil”, comenta o analista. Ele adianta que essa etapa precede o próximo passo que será abrir o ambiente livre para os clientes em baixa tensão, os consumidores residenciais.

Milano calcula que a alternativa demorará, pelo menos, cinco anos para chegar ao cliente residencial. Ele frisa que essa fase que abrangerá todo Grupo A já é um universo muito extenso. “Precisa as melancias se ajestarem melhor na carreta para depois passar para a baixa tensão”, projeta o consultor.

O representante da Siclo Consultoria prevê que, dentro dessa perspectiva, as distribuidoras acabarão focando cada vez mais no serviço de “fio”, ou seja, de apenas entregar a energia ao cliente, sem a responsabilidade de comprar o insumo de uma geradora para depois abastecer as unidades consumidoras.

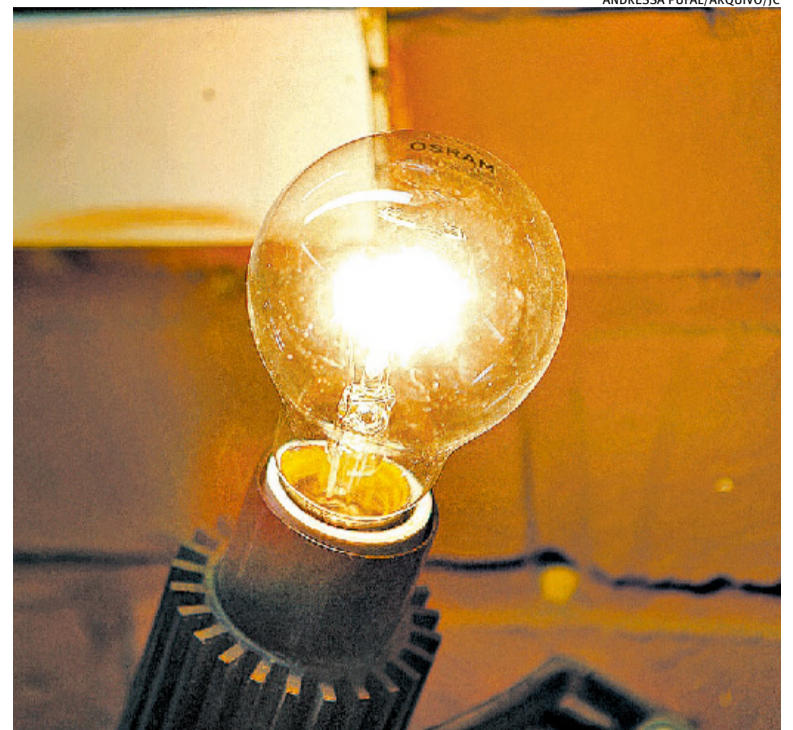
Milano reforça que a economia na conta de luz para quem sai do mercado cativo e entra no livre depende de cada caso, mas, em média, a estimativa é de uma redução de cerca de 20% na tarifa.

Por sua vez, o diretor de Comercialização de Energia da AES Brasil, José Carlos Reis, ressalta que muitos clientes tendem a ficar na dúvida se poderão ou não migrar, porque podem não saber se são usuários de alta tensão. “A gente dá uma referência, com uma fatura de R\$ 5 mil a R\$ 10 mil (de luz), há uma grande chance de ser alta tensão, mas não se pode afirmar com certeza. É preciso que seja avaliada a fatura”, comenta o executivo.

O integrante da AES Brasil reforça que há diversos agentes que devem optar pelo mercado livre com a nova regra como, por exemplo, supermercados, postos de gasolina, pequenas indústrias, mineradoras, entre outros. “É um espectro bem amplo”, enfatiza Reis. Ele acrescenta que os preços de energia competitivos dentro desse ambiente tornam atrativa essa escolha, assim como a possibilidade de adquirir uma geração de fonte renovável, como a eólica ou a solar, e ser certificado por isso.

Expansão no próximo ano servirá para avaliar passos mais ousados no futuro

“Essa abertura de mercado do Grupo A é um balão de ensaio



Redução da conta de luz é um dos atrativos para a migração

para aberturas maiores que vão acontecer futuramente”, antecipa o diretor comercial e de marketing da Urca Trading, Roni Wajnberg. Ele enfatiza que não se trata mais de uma questão de “se” o mercado livre chegará até a baixa tensão, mas sim de “quando”.

Wajnberg ressalta que o mercado está vislumbrando que em 2026 abrirá o segmento B3, constituído de clientes em baixa tensão dos segmentos comercial, industrial e rural. Já em 2028, a expectativa é chegar ao B1, que é o residencial. “E aí estamos falando de mais de 80 milhões de consumidores. Então, há um movimento para a abertura total de mercado, em mais ou menos quatro anos”, afirma o representante da Urca Trading.

Para ele, a ampliação do mercado livre no próximo ano já propiciará uma excelente transformação para a economia brasileira e também para a gaúcha. “Porque vai tornar as indústrias e as empresas, que estão ligadas em alta tensão, mais competitivas”, justifica o executivo.

Ele assinala que, com a economia do gasto na conta de luz, o empresário pode, por exemplo, aumentar seu quadro de funcionários, comprar um novo maquinário ou melhorar a sua margem de lucro. Wajnberg considera a migração para o mercado livre como um círculo virtuoso, pois os concorrentes da companhia que deixou ser cativa terão que buscar soluções para não perder espaço e deverão migrar também.

Geração distribuída também projeta expectativas positivas para o próximo ano

Além do mercado livre, outra opção que permite o “empoderamento” do cliente de energia é

a geração distribuída (em que o consumidor produz sua própria eletricidade, muitas vezes por

sistemas solares fotovoltaicos). Em 2023, esse setor passou por mudanças legais, que alongaram

o payback (retorno) do investimento em soluções nessa natureza, entretanto, a perspectiva é de que o segmento continue crescendo em 2024.

O sócio-diretor da Noale Energia e diretor do Sindicato da Indústria de Energias Renováveis do Rio Grande do Sul (Sindienergia-RS), Frederico Boschin, enfatiza que a tecnologia solar, especialmente no campo da geração distribuída (GD), deve, novamente, “atropelar todos os prognósticos do setor”. Ele explica sua opinião lembrando que o preço dos sistemas fotovoltaicos cada vez cai mais e soma-se a isso o aumento das tarifas de energia das distribuidoras.

Atualmente, a chamada GD conta com uma potência instalada de mais de 24 mil MW (suficiente para atender à demanda

média de energia de cerca de seis estados como o Rio Grande do Sul).

“A nova lei, de maneira alguma, causou a inviabilidade do setor”, aponta Boschin. Ele acrescenta que a energia solar é o refúgio de quem busca a redução no custo da energia. O sócio-diretor da Noale Energia enfatiza que o Brasil está passando por uma transformação da regulação do setor elétrico tanto no mercado livre como na geração distribuída.

Ele destaca que o País caminha para a modernização do setor, o que é vinculado a uma enorme “dor de cabeça” regulatória, que é compatibilizar uma área muito complexa e enraizada em antigas práticas a novas tendências. “O maior desafio em 2024 não é o de tecnologia, é o de regulação”, projeta Boschin.



Boschin destaca que o Brasil caminha para a modernização do setor, mas aponta necessidade de regulação